

PERSPECTIVAS DA BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA

Benedito Rosa do Espírito Santo⁽¹⁾

De modo geral, pode-se afirmar que o País tem como perspectivas o aumento do saldo comercial agrícola. O rápido e intenso processo de abertura ao exterior encontrou um sistema produtivo rural capaz não só de continuar gerando um elevado superávit mas de aumentá-lo em termos absolutos.

As conclusões abaixo, evidentemente, circunscrevem-se à dimensão econômica, não incluindo as variáveis política e diplomática, as quais são importantíssimas na definição das posições de comércio.

O mercado da União Européia é fundamental para o País, e prioritária a manutenção das posições conseguidas com farelo e soja em grãos, café, suco de laranja, bem como aumentar as concorridas exportações de carne bovina e fumo e explorar as possibilidades de vender novos produtos, dentre os quais carne de suínos e frutas.

As possibilidades estão condicionadas à atitude futura dos europeus com relação a subsídios, ao estreitamento das relações políticas e diplomáticas UE-MERCOSUL, e à capacidade de desenvolvimento de sistemas de produção no País que possam se moldar às preferências dos exigentes consumidores europeus. A concorrência com os EUA e Argentina com relação à soja em grãos, farelo de soja e carnes continuará. Embora, com relação a carnes, a UE também tenha como proposta recuperar os níveis de produção, após afastar os efeitos da crise provocada pela encefalopatia espongiforme bovi-

na (EEB), e voltar a exportar volume de carne bovina da ordem de 1 milhão de t/ano.

Outra conclusão inequívoca é que o mercado asiático é também prioritário. À medida que aumenta o poder aquisitivo na região, está ocorrendo um crescimento vigoroso na demanda por alimentos, sobretudo por carnes, soja, suco de laranja, café, açúcar e fumo. O Brasil tem condições de conquistar mais espaço como fornecedor, em que pese a disputa com fortes competidores. Apenas a China, que praticamente inexistia na pauta das exportações do País até 1992, garantiu um superávit quase igual ao registrado com um parceiro tradicional como os EUA. A tendência é de expansão a elevadas taxas, inclusive porque não existem fortes barreiras semelhantes às levantadas pelos EUA.

Já o mercado japonês, embora de grande potencial para absorção de produtos agrícolas, apresenta certas dificuldades. A tendência, a curto prazo, é de aumento moderado nas vendas de suco de laranja, carne de aves, café e frutas.

Relativamente ao MERCOSUL, a conclusão tem sentido contrário. O déficit no âmbito do bloco é alto e a tendência é de que continue bastante desfavorável. Atualmente, 70% do total das importações agrícolas do País são procedentes do MERCOSUL. As importações seguirão firmes com trigo, na faixa de 4 milhões de t da Argentina, aproximadamente 1 milhão de t de arroz da Argentina e Uruguai, laticínios, cevada cervejeira e malte. Dessa forma, o suprimento interno, durante o período analisado, contou com a importante participação da oferta vinda dos países-membros para ajudar na regularização do abastecimento.

Como se nota, esse não é um mercado prioritário para o Brasil em termos de exportações, podendo continuar o aumento nas vendas, que tem sido rápido mas em pequena quantidade, de produtos basicamente da agricultura tropical. De outro lado, só caberia um grande esforço para diminuir as importações de laticínios, carne bovina, cevada e malte. As compras de algodão deverão diminuir.

De modo geral, pode-se concluir que o ritmo mais rápido de crescimento das exportações (642% entre

(1) Secretário de Política Agrícola

1990 e 1996), comparativamente com o das importações (163% no mesmo período), não chegou a afetar substancialmente o valor do "déficit" em valor absoluto, devido à pequena base inicial do volume exportado (US\$ 119 milhões em 1990).

Outra conclusão evidente é que os demais setores, mesmo contando com maior proteção tarifária, como é o caso da indústria, não conseguiram um desempenho positivo após a abertura externa.

E, se foi possível o avanço da agricultura no período estudado, não é de se esperar um resultado diferente no futuro. A pior fase já passou com a fase inicial de choque de concorrência e a respectiva acomodação apresada no início dos anos 90, além da defasagem cambial que em alguns momentos prejudicou o segmento exportador. O País agora começa a remover certos obstáculos do chamado custo Brasil (a diminuição da carga tributária sobre a exportação, alternativas mais baratas de transporte e serviços portuários) e na remoção de barreiras não-

tarifárias, fatores que diminuem a competitividade de nossas exportações.

De outro lado, tanto o governo quanto o setor privado estão, finalmente, mais ágeis nos processos de defesa comercial externa contra práticas comerciais desleais. Assim, não obstante a timidez do avanço nas negociações para aprofundar as reformas no comércio internacional, a serem retomadas na âmbito da OMC a partir de 1999, as condições de competição estão melhorando, diminuindo, de modo geral, as margens para a prática de subsídios. Como se sabe, o acordo sobre agricultura, firmado em decorrência das negociações na Rodada Uruguai do GATT, consolidou uma base de subsídios à exportação que terão que ser diminuídos em 36% do valor e 21% da quantidade, até o ano 2000.

Portanto, se as condições gerais macroeconômicas não apresentarem modificações substanciais, o saldo comercial agrícola do País, que aumentou após a abertura externa, tem boas perspectivas de continuar alto.